



ATL propõe medidas para a sobrevivência do Turismo

A Associação Turismo de Lisboa (ATL) considera que o prolongamento da crise pandémica está a colocar o tecido económico do Turismo em Lisboa em risco de colapso e propõe diversas medidas que permitem criar condições para a sobrevivência do setor. Esta iniciativa resulta da criação de um grupo de trabalho da Direção da ATL, composto por Álvaro Covões, Bernardo Trindade, José Manuel Esteves e Vítor Costa.

Este grupo de trabalho considera que a preservação do tecido económico do Turismo e dos requisitos estruturais para o seu exercício são condições essenciais para que o setor possa retomar o seu papel determinante para a recuperação e o desenvolvimento do País, mantendo uma força de trabalho qualificada, garantindo os serviços essenciais e assegurando a boa experiência dos turistas. Acresce que, independentemente da crise pandémica, o posicionamento da marca Lisboa não foi afetado e que o desejo de viajar se mantém.

Neste contexto, a ATL sublinha a necessidade de se entrar numa nova fase que permita criar condições para a sobrevivência do Turismo e para que esta atividade possa dar uma contribuição decisiva para a recuperação económica e social da Cidade, da Região e do País, sublinhando os seguintes aspetos:

1. Tendo em conta o avanço do processo de vacinação, a massificação dos testes e o conhecimento adquirido, a estratégia de combate à pandemia deve passar a obedecer a um novo paradigma, que tenha por base o princípio de **abertura de todas as atividades, sem restrições de horários e lotações**, sendo que os estabelecimentos não poderão ser responsabilizados pela realização de qualquer tipo de testes, ou ato sanitário especializado. Acresce que a **isenção de taxas às esplanadas** deve prolongar-se até ao final da pandemia e os cafés e restaurantes devem poder transformar as esplanadas provisórias em permanentes.

Este novo paradigma deve romper com o princípio que ainda se verifica por inércia desde o primeiro confinamento, que é a ideia contrária do princípio da limitação de atividades e sua reabertura progressiva, permitindo assim manter a oferta a par dos destinos europeus que concorrem diretamente com Lisboa.

2. **As medidas reclamadas pelas associações setoriais e pela CTP**, às quais o governo já se comprometeu a dar respostas, para preservar as empresas e o emprego **devem ser rapidamente aprovadas e postas em prática**, com vista a preservar o tecido económico do Turismo, a assegurar o emprego e a evitar que a força de trabalho se afaste da atividade turística, comprometendo a sua recuperação futura.

As medidas em causa promover a manutenção do emprego, responder à questão das moratórias, apoiar os custos com rendas, garantir apoios de tesouraria e assegurar a



recapitalização das empresas, evitando o crescimento do endividamento que compromete o futuro.

Deverá ainda manter-se o **apoio à retoma até abril de 2022**, a todas as empresas com quebras de vendas acentuadas como forma de ajudar o emprego ativo, os apoios à tesouraria e à capitalização das empresas, permitindo a recuperação económica das empresas e economia e oportunidade de formação profissional. As medidas de capitalização e combate ao endividamento devem ter uma forte componente a fundo perdido.

3. Relativamente ao programa “**Lisboa Protege**” da CML, essencial para a resistência à atual crise, considera-se que o mesmo deve ser mantido e, se possível alargado, nomeadamente ao nível dos apoios concedidos.
4. No que concerne à questão aeroportuária reafirma-se a urgência **em encontrar e iniciar a implementação de uma solução adequada** para servir uma Cidade e Região capital europeia, moderna e competitiva.

Sublinha-se também a necessidade de considerar a especificidade geográfica de Lisboa e do País, que torna a questão aeroportuária mais decisiva que noutros casos, situação que tem que ser tida em conta nas opções estratégicas nacionais e europeias, nomeadamente em relação às questões ambientais.

Há que haver um esclarecimento cabal do tema acessibilidades que permita o aumento de competitividade relativa face a outros destinos europeus concorrentes localizados mais perto dos mercados emissores e aos quais se pode aceder por outras alternativas, exigindo compensações para que as restrições não resultem na criação ou aprofundamento de desigualdade relativa.

A ATL destaca ainda que, nos anos que antecederam a pandemia, Lisboa tinha sido a região com maior crescimento dentro do núcleo de destinos equivalentes e, em termos nacionais, foi o destino que mais cresceu, ganhando quota de mercado.

Nesta crise do Turismo originada por fatores exógenos à atividade, Lisboa foi o destino europeu que mais sofreu, sendo também o destino nacional mais afetado. Esta situação é devida a vários fatores, nomeadamente à estrutura de produtos e ao facto de o destino ser sobretudo acedido por via aérea.

Acresce que, durante o período de pandemia não só não foi feito qualquer avanço relativamente à resolução do principal problema estrutural do Turismo, que é a inexistência de uma oferta aeroportuária adequada e digna de uma moderna capital europeia, como se verificaram atrasos e novas ameaças em relação a esse problema, sem ter em conta que, ao contrário de outros destinos concorrentes, o acesso a Lisboa só pode ser feito por essa via por mais de 90% dos seus clientes, devido à localização geográfica.



Lisboa, 27 de julho 2021

Informações adicionais para a Comunicação Social:

Carla Bulhões :: LPM Comunicação
Tel. 961 541 482
E-mail: carlabulhoes@lpmcom.pt

Formatada: Nenhum, Não manter com o seguinte